



ACISJF
PORTO

Associação Católica Internacional
ao Serviço da Juventude Feminina

Instituição Particular de Solidariedade Social
Pessoa Coletiva de Utilidade Pública
Contribuinte nº 501148850

Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020

Serviços:

Sede Social, Rua Arceidiago Van Zeller nº 50, 4050-621 Porto // Telf.: 226 009 746 // e-mail: acisjf@porto.acisjf.pt; Site: www.acisjf.pt

CI Nº Srª do Bom Conselho, Rua D. João IV nº 892/898, 4000-300 Porto // Telf.: 220991120// e-mail: bomconselho@porto.acisjf.pt

Lar de Infância e Juventude Nº Srª do Acolhimento, Rua Dr. Aires de Gouveia Osório, nº 172, 4100-024 Porto // Telf.: 220991610// e-mail: acolhimento@porto.acisjf.pt

Apartamento de Autonomização Mª Vitória, Rua Martim de Freitas, nº 200 – 2ª, 4100-617 Porto

Refeitório/ Cantina Social – Self, Beco Passos Manuel, 40, 4000-381 Porto // Telf.: 22 200 37 39 e-mail: social@porto.acisjf.pt

Negócio Social – Self Lugar de Sabores, Beco Passos Manuel, 40, 4000-381 Porto // Telf.: 22 332 23 02 // e-mail: self@porto.acisjf.pt

Registo IPSS nº 4/84, folhas 85 verso e 86 do livro 2 das Associações de Solidariedade Social

ÍNDICE

1. NOTA DE ABERTURA	3
2. INTRODUÇÃO.....	6
3. ORGANOGRAMA.....	7
4. RESPOSTAS SOCIAIS	8
5. NEGÓCIO SOCIAL.....	15
6. CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	15
7. PARCERIAS INSTITUCIONAIS	16
8. PARECER DO CONCELHO FISCAL.....	18

1.NOTA DE ABERTURA

A presente Direção da ACISJF, empossada em janeiro de 2020, a exemplo da anterior, procurou dar seguimento ao projeto de reorganização interna e à política de gestão orientada para acolher, escutar e responder às necessidades dos clientes sociais, desenvolvendo ações concretas com vista ao seu acompanhamento, promoção e reintegração. Procurou, também, promover a imagem da Instituição junto da sociedade e, naturalmente, a sua sustentabilidade financeira.

Toda a atividade planeada foi, no entanto, condicionada pela pandemia do COVID-19 que obrigou à reorganização imediata e de forma determinada das valências através da introdução de várias medidas de contingência. Com esta atuação, evitaram-se problemas de contaminação entre utentes e colaboradores, internos e externos, em todas as respostas sociais que funcionaram em condições próximas do normal durante todo o ano.

As ações e atividades que, apesar da pandemia, se desenvolveram durante o ano de 2020, estão vertidas no presente Relatório, sendo que apenas se destacam aqui as que consideramos mais relevantes e não fazem parte da gestão corrente.

As metas que nos propusemos atingir no corrente ano foram:

- Manutenção da Certificação de Qualidade de acordo com o referencial ISO 9001, garantindo uma melhoria da eficácia do funcionamento interno;
- Melhoria da sustentabilidade da ACISJF;
- Formação dos colaboradores;
- Promoção da imagem da Instituição;
- Aposta na tecnologia da informação.

A Comunidade de Inserção Nossa Senhora do Bom Conselho teve como principal preocupação manter o funcionamento ajustado ao período de pandemia. Em alguns meses do ano, as rotinas das clientes sociais foram alteradas, obrigando à sua permanência na casa o que levou à necessidade de as ocupar com atividades criativas. Também o acompanhamento das famílias externas foi afetado pela pandemia dada a impossibilidade de realizar visitas domiciliárias.

Aparte alguma iniciativa pontual, não foram feitos investimentos nem intervenções significativas no edifício nem foi possível solucionar o problema das infiltrações provocado pelo prédio contíguo, lado norte, que, recorde-se, afeta vários espaços da casa.

No Refeitório Social/Negócio Social SELF in Via foi tomada a decisão muito ponderada de encerramento parcial do negócio social apesar de todos os esforços desenvolvidos pela anterior

Direção em ordem à sua viabilização. Esta medida obrigou a uma profunda reorganização da equipa de trabalho.

Em simultâneo, foi decidido aceitar a proposta da Câmara Municipal do Porto para o funcionamento, no horário de jantar, de um restaurante solidário, o que se concretizou durante o mês de novembro. Foi celebrado um contrato por 1 ano com a possibilidade de renovação por períodos semelhantes.

Manteve-se a centralização da produção de refeições para as valências no refeitório social e a centralização das compras, alargando-se o número e tipo de matérias/produtos adquiridos através da central de compras Social Shop .

Os efeitos da pandemia foram, também, bem sentidos nesta resposta social. Apesar disso, conseguiu-se não interromper a atividade e dar resposta positiva à elevada procura de refeições quentes por pessoas necessitadas que não integram o protocolo da Instituição com a Segurança Social. Em vários meses do ano, o número total de utentes diários mais do que duplicou, assumindo a ACISJF os elevados encargos a isso associados.

O espaço onde funcionou a Casa de Acolhimento até 31 de julho de 2019 foi devolvido à Câmara Municipal do Porto, por solicitação desta e porque a ACISJF não tinha um projeto imediato para a utilização do espaço.

No que se refere ao Apartamento de Autonomização Maria Vitória, com acordo de cooperação assinado em 2019 e onde habitam até 5 jovens, entendeu-se encerrar e devolver à Câmara Municipal do Porto o apartamento de Ramalde e transferir as jovens para um outro disponibilizado pela Câmara, localizado na freguesia de Bonfim, por se considerar ter melhores condições de habitabilidade e se localizar junto à Comunidade de Inserção.

Entendeu esta Direção prescindir do armazém alugado na rua do Bonjardim, distribuindo os bens aí guardados pelos restantes espaços da instituição ou abatendo os equipamentos obsoletos. Assim, foi encerrado em 31 de maio.

Ainda no decurso de 2020, a direção decidiu investir em sistemas de informação adquirindo um servidor e uma aplicação informática de gestão de processos com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e de otimizar a atividade.

Também foi dado um impulso grande aos aspetos de comunicação, com a contratação em tempo parcial de um gestor das redes sociais pretendendo-se, com isto, ligar melhor a instituição à comunidade.

A colaboração com a Diocese do Porto, com os parceiros institucionais, públicos e privados, assim como com outras entidades adiante referidas, são sinais que prestigiam a ACISJF e demonstram que é e continuará a ser uma IPSS de referência.

A Direção está consciente da precariedade duma Instituição que, à semelhança de muitas outras do Terceiro Setor, não é auto-suficiente. No entanto, procurará melhorar continuamente o seu desempenho, garantindo a qualidade de vida das pessoas apoiadas.

A Instituição não existiria sem os seus colaboradores. Para todos eles uma palavra de reconhecido agradecimento pela forma empenhada como se envolveram e motivaram para que se atingissem os objetivos traçados, várias vezes ajustados ao difícil período de pandemia.

Uma palavra de gratidão muito especial, também, para todos os que, juntamente com a Direção, voluntariamente ajudam de forma generosa, dando o seu tempo e trabalho. E a todas as Entidades que, de forma desinteressada, dão o seu apoio.

Bem hajam todos quantos, direta ou indiretamente nos inspiram e dão forças para continuar!

A Direção



2. INTRODUÇÃO

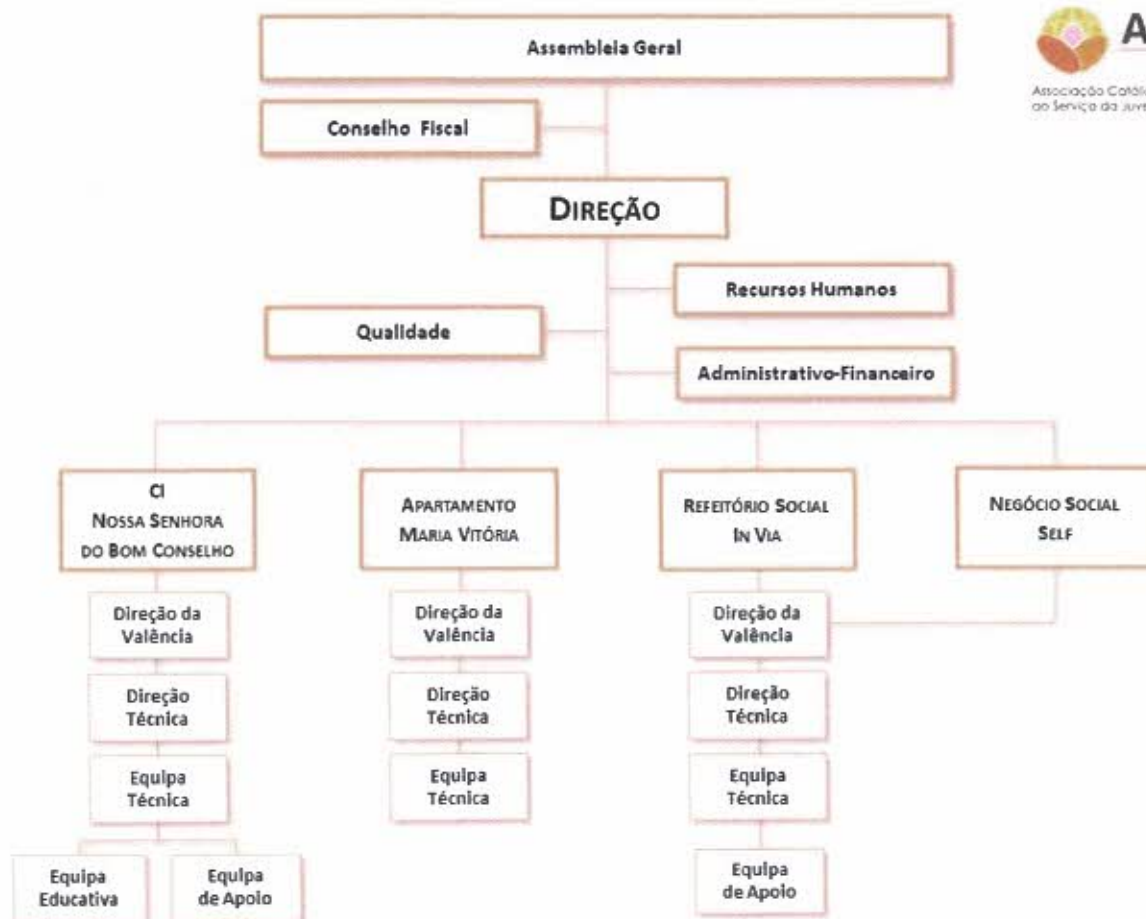
No cumprimento dos seus Estatutos a Direção da ACISJF/Porto apresenta o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2020.

Respostas sociais eficazes e de qualidade constituem o objetivo prioritário da ação da ACISJF. Esta ação, que deve ter sempre presente o conhecimento, a inovação, a criatividade e recursos humanos cada vez mais qualificados, tem como base, para a efetivação do seu trabalho, a sua missão, valores e visão, conforme seguidamente são descritos:

A ACISJF, inspirada em VALORES CRISTÃOS, tem como MISSÃO a promoção integral de jovens do sexo feminino em risco social e mães solteiras e / ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, vítimas de maus tratos físicos e psicológicos, com dificuldade de ordem socioeconómica e de inserção profissional, sem distinção de cultura, raça ou religião.

A sua VISÃO de futuro é a de vir a ser reconhecida como uma IPSS de referência e excelência em estreita ligação com os seus princípios identitários.

3.ORGANOGRAMA



4. RESPOSTAS SOCIAIS

Distribuição por Resposta Social

Resposta Social	População alvo	Acordo de Cooperação
Comunidade de Inserção (CI) Nª Sra. Bom do Conselho	Grávidas, Mães e filhos	50 (25 internos + 25 externos)
Refeitório/ Cantina Social (RS) In Via	Indivíduos/ou famílias	75
Apartamento de Autonomização (Ap.MV) Maria Vitória	Jovens do sexo feminino	5

Comunidade de Inserção (CI) – Nª Sra. do Bom Conselho

Objetivo

Acolher, proteger e assegurar a aquisição de competências pessoais e parentais de jovens mães, tendo em vista a sua (re) integração sócio-familiar, procurando que adquiram durante a sua permanência competências parentais, pessoais, sociais, escolares / profissionais que lhes permitam uma autonomia plena.

Tipologia das Clientes Sociais acolhidas:

- Ausência de competências parentais;
- Ausência de competências pessoais e sociais;
- Ausência de retaguarda familiar segura;
- Perturbações ao nível do desenvolvimento cognitivo e afetivo;
- Vítimas de maus-tratos.

Clientes		1º Trimestre		2º Trimestre		3 Trimestre		4º Trimestre	
		Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas
Média de Frequência	Mães	10	16	9	16	10	16	10	14
	Crianças	13	11	11	11	13	11	14	11
Admissões	Mães	0	1	1	0	2	0	0	0
	Crianças	0	2	1	0	3	0	0	0
Saídas	Mães	2	0	0	0	1	0	1	0
	Crianças	3	0	0	0	1	0	1	0

A intervenção contempla duas modalidades de apoio: regime com alojamento e regime sem alojamento.

Ao nível da intervenção com regime de alojamento, no ano em foco, foram acolhidos 33 clientes sociais, dos quais 14 mães e 19 crianças. Dessas, 10 foram novas admissões - 4 mães e 6 crianças. No que concerne aos Projetos de Vida, registou-se a autonomização de 5 agregados, 5 mães e 6 crianças.

Constata-se a existência de um factor de risco transversal aos agregados familiares acolhidos / sinalizados pelas Entidades: o Risco ao nível da proteção das crianças associado, normalmente, a um histórico de episódios que coloca em causa o desenvolvimento harmonioso e sistémico dos seus filhos.

Entrar na Comunidade de Inserção é uma forma de travar o crescente perigo associado ao risco, e deve ser uma oportunidade de preparar o futuro, sem retorno a "esse presente".

A intervenção realizada junto dos clientes sociais só obtém resultados positivos quando estes se implicam e assumem um papel ativo em todo processo. A intervenção assenta num processo contínuo, em que se privilegia a participação ativa e construtiva dos vários intervenientes e contempla a fase do acolhimento, a realização da avaliação diagnóstica, a definição do plano socioeducativo e, por fim, a autonomização.

O pilar da intervenção assenta na avaliação diagnóstica e na análise prévia das necessidades de cada agregado. Após realizada a avaliação das necessidades, é construído, em articulação com a Cliente Social, o plano socio educativo, no qual devem constar as ações que levam à execução do programa de competências, executado em parceria com a rede de serviços existentes na comunidade. A execução do referido programa, apesar de ter como interlocutor direto a cliente social, tem por inerência, como interlocutores indiretos, mas de suma importância, os seus filhos, que beneficiam das novas aprendizagens adquiridas pela progenitora. Esta deve adequar as suas

práticas às necessidades, características individuais e faixa etárias dos filhos, visando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos mesmos.

Todos os anos é definido um Plano de Ação, que se constitui como um instrumento orientador de atuação, o qual contém as linhas e traços gerais que irão guiar as atividades desta Instituição. Tal como nos anos anteriores, a concretização do mesmo passa, em grande parte, pelo esforço e dedicação de todos os que trabalham e colaboram nesta Comunidade de Inserção, nomeadamente, todos os voluntários que nos acompanham ano após ano.

Também há que ressaltar o trabalho desenvolvido pelos Estagiários, mormente, o Estágio Profissional de Psicologia para a Ordem de Psicólogos, que representa uma mais valia no trabalho desenvolvido por esta Instituição, nomeadamente, ao nível do reforço das competências parentais e acompanhamento dos processos, junto das Clientes Sociais.

Não podemos deixar de referir que o ano de 2020, foi um ano ímpar a nível mundial devido a todo o contexto criado pela pandemia do COVID-19, e que, por inerência, levou à necessidade de reajustar toda a intervenção. O lema da nossa Comunidade de Inserção foi nunca baixar os braços perante as adversidades e reagir de forma coesa e positiva, seguindo sempre as orientações da DGS. Assim, se conseguiu que ao longo de 2020 se concretizassem todas as atividades previamente definidas.

No primeiro trimestre dinamizou-se um conjunto de atividades que tiveram por objetivo: promover a relação mãe/filho, trabalhar a coesão grupal, potenciar a autoestima, e melhorar as competências da vida diária. Atendendo à necessidade de isolamento social por parte de todas as famílias acolhidas nesta CI, foi desenvolvido um conjunto de dinâmicas diárias cuja finalidade passou pelo envolvimento de todas as clientes sociais nas rotinas da casa, nomeadamente na preparação e execução de variados pratos gastronómicos, no tratamento e cuidado com os espaços exteriores, nomeadamente o jardim e horta.

Realizaram-se tertúlias, jogos e reuniões de grupo, cujo tema dominante passou pela COVID-19. De modo simbólico e para memória futura, foi criado um diário de bordo onde se espelhou o dia a dia da Comunidade de Inserção em tempo de pandemia / confinamento. Este diário foi intitulado de "Diário de uma família confinada a quatro paredes". Embora o tema dominante fosse a pandemia e as alterações que esta trouxe à vida e rotina de todas as clientes sociais e famílias, mantiveram-se as atividades que estavam calendarizadas e definidas aquando da realização do plano. Nomeadamente a celebração do dia do Pai, do dia da árvore, do carnaval, do dia da Mãe, a celebração da Páscoa e a comemoração do dia da Padroeira da Nossa Senhora do Bom Conselho, do dia da Criança e da festa de São João; e ainda aulas de funk, aulas de Yoga e a realização de um pedipaper.

Para além das atividades previstas no plano de ação, foram realizadas outras em parceria com os voluntários do Gás Porto, estas na maioria online.

No segundo e terceiro trimestre, realizaram-se também workshops sobre como viver em pandemia e uma sessão de valorização social. Esta sessão foi incluída num conjunto de ações de competências

personais e sociais. No verão, as atividades desenvolvidas também foram direcionadas para o ar livre, a ida à praia, a frequência de espaços verdes e a realização de piqueniques.

No quarto trimestre, deu-se continuidade à execução das atividades previstas no plano de ações: designadamente o dia da alimentação, o dia da não violência, o dia mundial da poupança, o Halloween, o dia do cinema, o dia mundial dos direitos da criança e dia internacional dos direitos humanos. Por último e não menos importante festejou-se o natal com uma celebração que incluiu apenas as famílias acolhidas e os funcionários da CI.

A ação desta Comunidade de Inserção não se encerrou intramuros, manteve-se perto de todas as famílias que acompanha em meio natural de vida, num total de 9 famílias. Como já foi mencionado em parágrafos anteriores, também com estas famílias foi necessário reajustar a intervenção de acordo com as limitações impostas pela DGS. Suspendeu-se as visitas domiciliárias, mas mantiveram-se os contactos via telefone de forma mais regular e permanente. Estes contactos permitiram acompanhar o dia a dia destas famílias e definir estratégias para as ajudar a superar os receios desta nova realidade.

Efetuaram-se visitas regulares às famílias que contraíram o vírus, de modo a suprir necessidades alimentares e de medicação e a transmitir conforto e solidariedade.

Quadro de Profissionais

O quadro dos profissionais da CI é composto por uma equipa técnica pluridisciplinar (psicóloga, educadora social, técnica de serviço social, e diretora técnica) e uma equipa educativa e de apoio, que asseguram o funcionamento da resposta 24 horas por dia, durante todo o ano.

Em março foi necessário um reajustamento dos horários das equipas de modo a cumprir as novas normas da DGS. Foi implementado o desfasamento de horários da equipa educativa e foram criados horários em espelho para a equipa técnica. Através da medida MAREESS, foi possível reforçar a equipa educativa com 2 elementos.

Formação

Foi realizado um total de 419 horas de formação. As temáticas principais foram: Supervisão Técnica, Eticadata, Recursos Humanos, SST- Noções básicas Curso de prevenção e Controlo de COVID-19.

Estágios Académicos

Acolheram-se 5 estagiárias nas áreas de educação social e serviço social.

ENTIDADE	ÁREA	2019/2020	2020/2021	Total
Universidade Portucalense - UPT – Faculdade de Psicologia e Educação	Educação Social	0	1	1
Instituto Superior de Serviço Social – ISSSP	Serviço Social	3	4	4
Total de estagiários				5

Voluntariado

Mantiveram-se as parcerias com o GÁS Porto – Projeto AMA e com o Serviço Comunitário da Universidade Católica. Participaram 29 pessoas, duas das quais do Serviço Comunitário, perfazendo um total de 350 horas.

Refeitório social In Via

O refeitório social in via é um espaço de refeições que se dirige a cidadãos em situação especial de vulnerabilidade social, como é o caso das pessoas em situação de sem abrigo, a residir em quartos de pensão, ou elementos isolados/famílias que não possuem recursos nem local apropriado para confeccionarem a sua alimentação. O serviço de refeições destaca-se por um ambiente acolhedor e humanizado, com o contributo de uma equipa profissional e de voluntários dedicados.

Em 2020 o Refeitório Social foi procurado, maioritariamente, por pessoas do género masculino com idades compreendidas entre os 50 e os 65 anos e beneficiarias da prestação do RSI.

Clientes Sociais Apoiados

Clientes Sociais	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Nº Médio de Clientes Sociais	51	134	149	97	108
Admissões	69	291	49	0	369
Cessações	20	32	147	95	294

Durante o estado de emergência, a ACISJF Porto reforçou a capacidade de resposta alimentar de modo a responder aos muitos e diversos pedidos de ajuda de quem se viu privado dos recursos necessários para se alimentar e/ou alimentar a sua família (pessoas desempregadas ou em lay off, utentes de instituições temporariamente encerradas).

Entre os meses de abril e agosto, serviram-se, em média, 140 refeições diárias (muito acima do protocolado com a Segurança Social) entregues, em cumprimento com as normas da Direção Geral de Saúde, em regime de takeaway.

Todos os custos adicionais foram inteiramente suportados pela ACISJF.

Durante o ano foram garantidos em média 25 reforços com caráter gratuito para domingos e feriados. Este reforço incluía sopa + 1 pão + 1 peça de fruta ou bolo + 1 pão + 1 peça de fruta.

Quanto á equipa de trabalho e á semelhança do que aconteceu na Comunidade de Inserção, criaram-se equipas em espelho, horários desfasados de entrada e saída e de pausas e refeições e reforçou-se a equipa com mais 2 elementos.

Atividades

De entre as diferentes atividades levadas a cabo em 2020 destacam-se:

- o almoço de reis que contou com a participação de 43 utentes e da direção técnica da ACISJF-PORTO, e incluiu distribuição de presentes só possível graças a donativos entre os quais destacamos o donativo da PARFOIS;
- lanche convívio no dia da Mulher em que estiveram presentes 6 Clientes Sociais e a equipa do refeitório social;
- serviço de barbeiro/cabeleireiro durante o mês de abril de modo a proporcionar aos utentes interessado corte de cabelo e barba (já que os estabelecimentos deste tipo estiveram encerrados durante os sucessivos estados de emergência). Importa referir que esta atividade respeitou, todas as normas em vigor garantindo o distanciamento/proteção dos diferentes intervenientes. Este serviço foi complementado com a distribuição de produtos de higiene.
- Distribuição de roupa e sapatos pelos clientes sociais do refeitório social;
- Criação de um serviço de apoio á procura ativa de emprego que inclui a construção CV e a candidatura on-line de ofertas de trabalho. Com este novo serviço foi possível, ainda em 2020, garantir entrevistas de emprego a 2 utentes, tendo 1 deles celebrado contrato de trabalho no sector da construção civil.

Em março estabeleceu-se uma parceira com um grupo de voluntários da "Hope". Com essa parceria foi possível assegurar alojamento a 2 Clientes Sociais até aí em situação de sem abrigo.

Estabeleceu-se ainda uma parceria com a clinica um mundo a sorrir com o objetivo de "Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, visando prevenir as doenças orais e os seus fatores de risco e promovendo uma boa saúde oral". Infelizmente e devido á pandemia do COVID-19, a implementação desta parceria foi adiada para janeiro de 2021.

Em outubro foi lançado nas redes sociais um vídeo de apresentação do refeitório Social, e do trabalho aí realizado e que contem um apelo a donativos em espécie e/ou em dinheiro.

Estágios académicos

No Refeitório Social foram realizados os seguintes estágios:

- 2 estágios da área da cozinha.
- 2 estágios na área do serviço social

num total de aproximadamente 500 horas.

Voluntários

Foi estabelecido uma parceria com a organização "PARA ONDE", que permitiu divulgar a necessidade de voluntários para nas redes sociais para apoiar o serviço de refeições. Como resultado desta parceria foram acolhidos 6 voluntários que contabilizaram aproximadamente 127 horas de voluntariado.

Apartamento de Autonomização M^a Vitória

Objetivo

Acolher e proporcionar às jovens que já possuem competências pessoais específicas, condições que as habilitem e lhes permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia.

Critérios de Admissão

A admissão das jovens no Apartamento de Autonomização depende de vários critérios cumulativos, tais como, ter entre 16 e 21 anos, ter medida de autonomia de vida aplicada pelo Tribunal/CPCJ, ter maturidade e motivação para desenvolver o seu processo de autonomização, encontrar-se a trabalhar e/ou a estudar.

Com capacidade instalada para 5 jovens, o apartamento acolheu, em 2020, um total de 6 jovens, das quais 3 saíram para a autonomia plena, e 1 foi transferida para uma Casa de Acolhimento.

	Clientes Sociais	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
APARTAMENTO DE AUTONOMIA M^a VITÓRIA	Nº Médio de Clientes Sociais	5	4	3	2
	Admissões	2	0	0	1
	Autonomização Plena	1	1	1	0
	Transferência CA	0	0	1	0

O projeto individual de intervenção para cada uma das jovens é construído, tendo por base o levantamento de necessidades e competências e deverá observar um plano de otimização. Este plano é sujeito a uma avaliação/ atualização a cada 6 meses.

O acompanhamento técnico é assegurado por um Educador Social a meio tempo.

O Técnico monitoriza ainda a rotina diária e acompanha a gestão e organização da casa.

No final do ano procedeu-se á mudança do apartamento da freguesia de Ramalde para a freguesia do Bonfim. Este apartamento com melhores condições de habitabilidade, está localizado numa área próxima da Comunidade de Inserção permitindo assim concentrar todas as valências da ACISJF-PORTO no mesmo espaço geográfico.

5. NEGÓCIO SOCIAL

O Negócio Social foi reestruturado, tendo a direção decidido reduzir o leque de serviços prestados optando por manter em funcionamento apenas os mais rentáveis e menos exigentes em termos de recursos humanos. Assim, foram encerrados os serviços de organização de eventos e catering, tanto nas nossas instalações ou em casa do cliente, e a pastelaria decorada – cake design.

Mantivemos o serviço de take – away de pratos pré-cozinhados, a confeção de salgadinhos, o fabrico de bolachas e outros artigos de pastelaria.

Como resultado da prestação dos serviços prestados e dos vários estados de emergência, o negócio social sofreu uma forte queda no volume de vendas, particularmente no período de natal, mas todas as encomendas foram satisfeitas dentro dos padrões de qualidade que nos caracterizam. Foi dada a continuidade ao processo de centralização das compras que agora abrange um maior numero de produtos e ao processo de implementação do software integrado de gestão.

6. CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Em maio realizou-se a Auditoria externa da APCER, visita de 1º Acompanhamento mantendo-se o certificado do Sistema de Gestão da Qualidade.

A certificação surge como uma mais valia ao nível da organização interna, estando na fase de desenvolvimento e adaptação das ferramentas de recolha e processamento da informação.

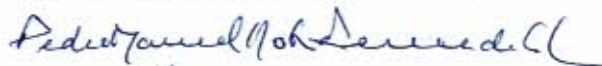
7. PARCERIAS INSTITUCIONAIS

No sentido de potenciar os resultados da ACISJF, melhorando a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos seus clientes, foram estabelecidas várias parcerias (formais e informais) em várias áreas de atividade:

- Diocese do Porto
- Banco Alimentar Contra a Fome
- Câmara Municipal do Porto – Domus Social
- Junta de Freguesia de Bonfim
- Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital do Porto
- APCER
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)
- Gabinetes de Advogados Yolanda Busse, Oehen Mendes e Associados
- Rede Social - Conselho Local de Ação Social do Porto (CLASP)
- União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS)
- Entrajuda
- Microsoft Portugal
- Grupo Auchan - Jumbo - Campanha “O melhor da Auchan são as crianças”
- RAR - Refinarias Açúcar Reunidas
- CLIP – Colégio Luso-Internacional do Porto
- Colégio N^a Sra. do Rosário – Programa Escolhas
- Universidade Católica Portuguesa/ Porto
- Escola Superior de Enfermagem Santa Maria
- Faculdade Medicina da Universidade do Porto
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
- Instituto Superior de Serviço Social do Porto
- Universidade Portucalense Infante D. Henrique- Departamento de Psicologia e Educação
- Universidade Fernando Pessoa – Faculdade de Medicina Dentária
- GAS Porto
- Óticas Presidente (Parceiro informal)
- Para onde
- Pingo Doce
- Mundo a Sorrir
- Hope Porto

Presidente

Pedro Manuel Mota Ferreira da Silva



Vice-presidente

Maria Isabel Silva Borges Salgado Fonseca

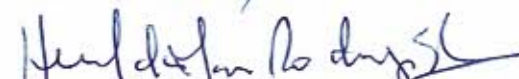


Vogais

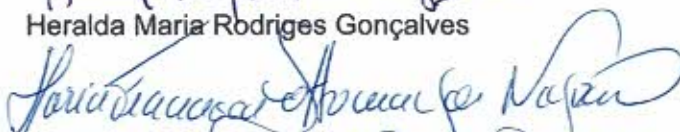
Cristina Maria Malheiro Dantas Gonçalves



Heralda Maria Rodrigues Gonçalves



Maria Francisca de Sottomayor Negrão



Maria Leonide Resende Oliveira



Rui Manuel Corucho Duarte Morais



8. PARECER DO CONCELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal

Aos três dias do mês de Maio de dois mil e vinte e um, pelas doze horas, nos termos do artigo 23º dos Estatutos, reuniu o Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO CATÓLICA INTERNACIONAL AO SERVIÇO DA JUVENTUDE FEMININA /PORTO (ACISJF/ PORTO), na sua sede social, sita na Rua do Arcediago Van Zeller, nº 50, no Porto, tendo estado presentes Maria dos Prazeres Lopes Cardoso, Maria Inês Santos e Maria Gabriela Fonseca.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da instituição através da análise da documentação contabilística que lhe foi sendo facultada e que evidencia uma ordenada e correta escrituração, permitindo conhecer, de forma verdadeira e apropriada, a situação patrimonial e financeira da ACISJF, num ano de pandemia e inúmeras dificuldades económicas e financeiras.

Face ao exposto, deliberou o Conselho Fiscal dar Parecer favorável aos Relatórios de Atividades e de Contas referente ao ano de 2020 e louvar a Direção pela difícil gestão em que esteve empenhada.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada acta que após lida e achada conforme, vai por todas ser assinada.

Porto, 3 de Maio de 2021



Maria dos Prazeres Lopes Cardoso

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2020

DENOMINAÇÃO ACISJF - ASSOCIAÇÃO CATOLICA INTERNACIONAL
AO SERVIÇO DA JUVENTUDE FEMININA

MORADA Rua Arcediogo Vanzeller

N. 50 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA Massarelos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4050-621

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Porto _____

DATA: Porto _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Handwritten signatures]

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	8	31 158,18	93 646,68
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.11	478 616,01	558 121,92
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-87 965,21	-92 591,67
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-112 581,92	-155 968,29
Gastos com o pessoal	10	-299 495,48	-436 798,49
Outros rendimentos	12.13/15	9 440,97	8 911,40
Outros gastos	12.14	-26 701,24	-31 442,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7 528,69	-56 120,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-20 444,72	-23 380,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27 973,41	-79 501,90
Juros e gastos similares suportados	12.15	-165,81	-193,39
Resultados antes de impostos		-28 139,22	-79 695,29
Resultado líquido do período		-28 139,22	-79 695,29

A Direção

Contabilista Certificado

A. Almeida

[Handwritten signature]

Associação Católica do Serviço Juv. Feminina

Maria Isabel de Fátima Baptista de Brito

[Handwritten signature]

Contribuinte: 501148850

Entidade: ACISJF - Assoc. Católica Intern. ao Serviço Juv. Feminina
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	IIES - Um Projeto de Vida	Lar Bom Conselho (CI)	SELF - Restauração	Cantina Social	Apartamento Autonomização	Adaptar Social+	PERÍODOS	
								2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	0,00	883,39	24.461,12	5.713,07	100,80	0,00	31.158,18	93.646,68
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10	-1.335,52	-231.857,29	-15.307,42	-125.485,86	-15.474,60	0,00	-387.460,09	-529.396,16
Resultado Bruto		-1.335,52	-230.974,10	9.153,70	-119.772,79	-13.373,80	0,00	-356.302,51	-435.743,48
Outros Rendimentos	8/12 13/12 13/12 15	0,00	341.351,28	25,26	105.946,35	37.436,03	3.296,06	488.056,98	567.033,72
Gastos de distribuição	12-12	0,00	-1.205,63	-175,00	-101,97	0,00	0,00	-1.482,60	-906,40
Gastos administrativos	4/5/12 12	0,00	-76.822,74	-20.168,15	-20.182,64	-10.250,44	-4.120,07	-131.544,04	-178.442,88
Outros Gastos	12-14	0,00	-18.591,78	-4.013,55	-1.920,92	-2.174,99	0,00	-26.701,24	-31.442,46
Resultado operacional (antes do gastos de financiamento e impostos)		-1.335,52	15.299,03	-14.957,74	-28.191,31	2.016,14	-824,01	-27.973,41	-79.501,90
Gastos de financiamento (dívidas)	12-15	0,00	-116,32	-16,58	-19,62	-13,29	0,00	-165,81	-191,39
Resultado antes de impostos		-1.335,52	13.642,71	-15.194,32	-36.051,59	11.623,51	-824,01	-28.139,22	-79.695,29
Resultado líquido do período		-1.335,52	13.642,71	-15.194,32	-36.051,59	11.623,51	-824,01	-28.139,22	-79.695,29

Prof. Fernando Silva
Presidente do Conselho Fiscal
Manoel Felipe de Jesus Gomes Sales do Ruvete

ACISJF - Assoc.Católica Intern.ao Serviço Juv.Feminina
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		41 321,36	109 751,98
Pagamentos de apoios		-370,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-204 441,37	-257 671,08
Pagamentos ao pessoal		-203 248,98	-327 675,95
Caixa gerada pelas operações		-366 738,99	-475 595,05
Outros recebimentos/pagamentos		339 397,16	389 980,54
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-27 341,83	-85 614,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-8 495,61	-4 981,50
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		7,26	25,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-8 488,35	-4 956,11
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		13 760,58	6 646,87
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 038,77	-9 036,84
Juros e gastos similares		-810,42	-996,48
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		10 911,39	-3 386,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-24 918,79	-93 957,07
Caixa e seus equivalentes no início do período		122 907,04	216 444,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		97 988,25	122 907,04

A Direção

Contabilista Certificado

P. Fernandes de Sá
 Presidente do Conselho de Administração
 Associação Católica Internacional do Serviço Juv. Feminina
J. J. M.

[Handwritten signature]
 17/12/2020



**ACISJF – Associação Católica
Internacional ao Serviço da
Juventude Feminina**

Anexo

Demonstrações Financeiras

2020

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	16
12.1	Investimentos Financeiros	16
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
12.3	Créditos a receber	16
12.4	Outros Ativos Correntes	16
12.5	Diferimentos	17
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.7	Fundos Patrimoniais	17
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	18
12.10	Outros Passivos Correntes	18
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.12	Fornecimentos e serviços externos	18
12.13	Outros rendimentos e ganhos	19
12.14	Outros gastos e perdas	19
12.15	Resultados Financeiros	19
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A “ACISJF – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos registados em 18/01/2016 pelo averbamento nº 3 à inscrição nº 4/84 a fls. 85 verso e 86 do Livro nº 2 das Associações de Solidariedade Social, com sede em Rua Arcediago VanZeller, nº 50, Porto. Tem os seguintes objetivos:

- Visa em especial a formação integral da juventude feminina entre os 12 e 35 anos procurando contribuir para o seu desenvolvimento moral, social e intelectual;
- Dedica particular atenção aos casos de jovens em risco social e mães solteiras e/ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, com dificuldades de ordem socioeconómica e eventualmente aos casos de outras pessoas carenciadas;
- Promove também formação escolar e profissional e outras daqueles que são a razão da sua existência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Terrenos e recursos naturais	31.174,87				31.174,87
Edifícios e outras construções	645.050,09				645.050,09
Equipamento Básico	326.584,99				326.584,99
Equipamento de Transporte	23.742,47				23.742,47
Equipamento Administrativo	50.301,92	295,20			50.597,12
Equipamento Informático	19.333,43	6.477,18			25.810,61
Outros ativos fixos tangíveis	7.561,88				7.561,88
Ativo Tangível Bruto	1.103.749,65	6.772,38	0,00	0,00	1.110.522,03
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	351.696,68	15.906,10			367.602,78
Equipamento Básico	318.701,95	3.081,82			321.783,77
Equipamento de Transporte	23.698,47	44,00			23.742,47
Equipamento Administrativo	49.916,72	304,90			50.221,62
Equipamento Informático	17.731,90	1.000,62			18.732,52
Outros ativos fixos tangíveis	7.537,83	24,05			7.561,88
Depreciações Acumuladas	769.283,55	20.361,49	0,00	0,00	789.645,04
Ativo Tangível Líquido	334.466,10	-13.589,11	0,00	0,00	320.876,99

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Programas de computador	492,00	2.996,28			3.488,28
Ativo Intangível Bruto	492,00	2.996,28	0,00	0,00	3.488,28
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	492,00	83,23			575,23
Depreciações Acumuladas	492,00	83,23	0,00	0,00	575,23
Ativo Intangível Líquido	0,00	2.913,05	0,00	0,00	2.913,05

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	6.591,71	6.591,71	0,00	7.385,78	7.385,78
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	1.244,70	0,00	1.244,70
Total	0,00	6.591,71	6.591,71	1.244,70	7.385,78	8.630,48

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.681,85	72.951,66	18.842,18	4.884,02	67.682,53	21.000,90	5.602,24
Total	5.681,85	72.951,66	18.842,18	4.884,02	67.682,53	21.000,90	5.602,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				92.591,67			87.965,21

8 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços	31.158,18	93.646,68
Quotas de utilizadores	0,00	751,46
Quotas e joias	1.260,00	840,00
Outros	29.898,18	92.055,22
Outros Réditos	7,26	25,39
Juros	7,26	25,39
Total	31.165,44	93.672,07

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2020			31-12-2019		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	408.494,65	0,00	0,00	470.048,26
POISE	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.826,61
Adaptar Social +	Não reembolsável	0,00	0,00	3.296,06	0,00	0,00	0,00
J F Bonfim	Não reembolsável	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	11.997,72	0,00	0,00	0,00
ISS, IP (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	138.515,49	0,00	6.007,92	144.523,41	0,00	6.007,92
MASES (Ativos Fixos Tangíveis)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,83
TOTAL		138.515,49	0,00	431.296,35	144.523,41	0,00	514.915,62

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2020 e 2019, foram de "13". No início do período de 2020 foram eleitos novos Órgãos Diretivos para o quadriénio 2020/2023, tendo a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Maria Manuela Coelho Pereira de Matos Peixoto Taveira;

1º Secretário – Maria João de Freitas Arriscado Nunes;

2º Secretário – Rosa Maria Delgado.

Direção

Presidente – Pedro Manuel Mota Ferreira da Silva;

Vice-Presidente – Maria Isabel da Silva Borges Salgado Fonseca;

Vogal – Cristina Maria Malheiro Dantas Gonçalves;

Vogal – Maria Francisca Sottomayor Negrão;

Vogal – Heralda Maria Rodrigues Gonçalves;

Vogal – Maria Leonilde Resende Oliveira;

Vogal – Rui Manuel Corucho Duarte Morais.

Conselho Fiscal

Presidente – Maria dos Prazeres Castel-Branco de Avelar Lopes Cardoso;

1º Vogal – Maria Gabriela Carmo Gonçalves de Oliveira Fonseca;

2º Vogal – Maria Inês Pinho Teixeira da Rocha Santos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foram de “22” e em 31/12/2020 foram de “20”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao pessoal	229.637,04	301.690,95
Indemnizações	2.346,71	64.259,19
Encargos sobre as Remunerações	50.722,99	65.322,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.418,26	4.018,14
Outros Gastos com o Pessoal	1.576,73	1.507,28
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	12.793,75	0,00
Total	299.495,48	436.798,49

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2020 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
2	Apoio Universidade Católica	100
29	Apoio GAS Porto	250
6	Apoio Cantina Social	127

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros		
Investimentos Noutras Empresas – Participações Capital	250,00	250,00
Fundo Compensação do Trabalho	4.997,56	3.966,74
Total	5.247,56	4.216,74

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Quotas	40,00	730,00
Total	40,00	730,00

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes	1.812,85	9.585,88
Total	1.812,85	9.585,88

12.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Entidades do Setor Público Administrativo	6.846,30	0,00
Outros Devedores	150,00	150,00
Total	6.996,30	150,00

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Rendas antecipadas	479,06	873,23
Seguros	2.015,69	1.887,49
Outras despesas com custo diferido	3.389,85	5.211,93
Total	5.884,60	7.972,65
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	1.431,77	0,00
Adaptar Social +	4.458,34	0,00
Quotas	30,00	60,00
Total	5.920,11	60,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	1.361,65	2.527,56
Depósitos à ordem	30.626,60	28.879,48
Depósitos a prazo	66.000,00	91.500,00
Total	97.988,25	122.907,04

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	189.505,21	0,00	0,00	189.505,21
Resultados transitados	137.899,20	0,00	79.695,29	58.203,91
Outras variações nos fundos patrimoniais	144.523,41	0,00	6.007,92	138.515,49
Total	471.927,82	0,00	85.703,21	386.224,61

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	20.315,33	25.042,91
Total	20.315,33	25.042,91

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.512,45	3.678,36
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.463,50	1.139,00
Segurança Social	5.770,32	6.434,77
Fundo Compensação do Trabalho	93,68	93,65
Total	8.839,95	11.345,78

12.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal – Sindicatos	0,00	21,63	0,00	2,28
Fornecedores de Investimentos	0,00	4.036,86	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	42.214,98	0,00	41.619,38
Outros credores	0,00	1.335,88	0,00	5.979,07
Total	0,00	47.609,35	0,00	47.600,73

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios das Entidades Públicas	425.288,43	508.874,87
Doações e heranças - Donativos	53.327,58	49.247,05
Total	478.616,01	558.121,92

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	36.291,56	76.640,70
Materiais	5.656,27	2.932,81
Energia e fluidos	31.054,35	31.990,05
Deslocações, estadas e transportes	4.268,20	7.421,15
Serviços diversos	33.226,58	35.756,35
Encargos com utentes	2.084,96	1.227,23
Total	112.581,92	155.968,29

12.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Outros Rendimentos e Ganhos	9.433,71	8.886,01
Rendimentos suplementares	2.470,00	378,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	40,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	6.923,71	8.508,01
Juros e Rendimentos Similares	7,26	25,39
Juros obtidos	7,26	25,39
Total	9.440,97	8.911,40

12.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	6.351,18	5.963,68
Outros gastos e perdas	574,70	1.816,07
Gastos com apoios concedidos a associados ou utentes	19.775,36	23.662,71
Total	26.701,24	31.442,46

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	165,81	193,39
Total	165,81	193,39
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7,26	25,39
Total	7,26	25,39
Resultados Financeiros	-158,55	-168,00

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2020, foi o seguinte:

Comunidade Inserção – 50 utentes;

Apartamento de Autonomização – 3 utentes;

Refeitório/Cantina Social – 120 utentes.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado



A Direção



Manoel José de Sousa, Presidente da Direcção
Fusteira

